

Vieira num Sermão Entre Luz e Sombra

Vieira in a Sermon Between Light and Shadow

Annabela Rita

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa
das Universidades de Lisboa (CLEPUL)

RESUMO: O artigo trata de dois sermões de Vieira sobre Sto. António e Portugal, que identificam o santo e a nação e mostram o jogo de luz e sombra que os domina.

PALAVRAS-CHAVE: Padre António Vieira; Sermões; Sto. António; Portugal; Luz e Sombra.

ABSTRACT: The article deals with two Vieira's sermons on St. Anthony and Portugal, that identify the saint and the nation and show the play of light and shadow that dominates both of them.

KEYWORDS: Father Antonio Vieira; Sermons; St. Anthony; Portugal; Light and Shadow.

Distanciados no tempo (um ano) e ligados pela palavra, dois sermões de Vieira instituem-se como díptico: ambos dedicados a Sto. António, preparados entre 1669 e 1675, o primeiro pregado na Igreja de Sto. António dos Portugueses, em Roma, e o segundo elaborado para o mesmo local, em 1671, não tendo chegado a ser pronunciado devido a problemas de saúde¹. Palavra inicialmente dirigida “aos Portugueses” e extensiva à restante comunidade local (“aos ouvidos Romanos”, p. 121) e acabando por se universalizar (“a eles, e a todos”, p. 120), prevendo, até, as suas reacções, da interrogação (“E se me perguntares /.../”, p. 134) à objecção (“Também contra este discurso vejo que pode haver quem argumente /.../”, p. 135), mas que, em certos momentos, interpela o Santo (“Já agora, meu Santo, pode luzir a vossa luz diante dos homens /.../”, p. 127, “De maneira, meu Santo, que deixais Portugal, e vos embarcais para África, porque dizeis que ides buscar martírio?”, p. 125), convocando-o para comunhão ou testemunho, surpreendendo o auditório e, com isso, fazendo redobrar a sua atenção. Palavra que faz *ouvir*, *ver* e *concluir*, sustentada na realidade “descoberta” (“/.../ agora lhes descobrirei /.../”, p. 120) e radicada no “mesmo Evangelho” (p. 121), dominada pela consonância, adensada e volumetrizada por ela, por isso, inabalável, inquestionável e dominante.

No centro, o *incipit* do segundo painel apresenta a estrutura do conjunto, convocando a memória do primeiro e *metonimizando* ambos numa relação de mútua dependência, mas eminentemente contrastiva:

Na primeira parte, e panegírica, das duas em que continuo, e divido estes dous sermões, nos mostrou o Evangelho como o nosso Santo Português foi luz do mundo: *Vos estis lux mundi*. Nesta segunda, que como já insinuei, será mais declamatória que panegírica, nos dirá o mesmo Evangelho o modo

com que luziu esta luz: *Sic luceat lux vestra*. (p. 121)
 Tal foi, senhores, hoje faz um ano, a luz, e tais são
 as sombras, que nos deram matéria à primeira, e
 segunda parte deste Sermão, ou destes dous Sermões.
 (p. 141)

Ao longe, ecoa, talvez, a doutrina de Inocêncio III sobre os dois poderes universais simbolizados pelo Sol e pela Lua², astros evocando mitologias de outrora. Mas a *luz* e *sombra* vieirinas desviam-se, tangencialmente, dessa simbólica: não equacionam a diferença entre o espiritual e o temporal, com a subordinação deste àquele, mas a coexistência e a conjugação de ambos num mesmo rosto de dupla face, positiva e negativa.

E a estrutura parenética dos dois textos de Vieira, articulados pelo silêncio de um ano, tempo de reflexão, assimilação e preparação, legitima-se nas ordens natural, histórico-religiosa, ética e retórica. Pois, se a Natureza demonstra as suas leis, a História Religiosa reprodu-las, a Ética prescreve-as, a Lógica exige-as e Vieira segue-as:

Assim como há dias claros, e escuros, assim o será o dia de hoje em comparação do passado. Hoje faz um ano (porque assim o pedia a ocasião, e as circunstâncias da solenidade) preguei aos Portugueses as luzes da sua Nação: agora lhes descobrirei a eles, e a todos as sombras dessas mesmas luzes: para que se veja no que disse, e no que direi, que não foi lisonja, ou afectação o louvor, pois eu mesmo, e aos meus não calo, nem dissimulo o que neles se não deve louvar. /.../ [P]or mais ilustres, e ilustradas que sejam, nenã luz viram jamais os olhos humanos tão pura, e tão sincera, que não ande junta com as sombras. (p. 120)

O dia mais claro, e resplandecente, que amanheceu ao mundo, foi o da Transfiguração de Cristo, porque nele se viu o monte Tabor alumiado juntamente

com dous Sóis, um no Céu, outro na terra: no Céu com o Sol natural, que todos viram; na terra com o Sol do rosto do mesmo Senhor, que só viram os que com Ele subiram ao monte: *Resplenduit fácies ejus sicut Sol*. E neste dia tão esclarecido, e neste monte tão alumiado poderia também haver sombras? Parece que não: porque a sombra, que fizesse um Sol, a desfaria o outro. Contudo é certo que aqueles mesmos olhos, que pela parte do Céu, e pela da terra, não só estavam alumiados, senão cercados de Sóis; no mesmo dia, e na mesma hora se viram cobertos de sombras: *Ecce nubes lucida obumbravit eos*. Atravessou-se de repente ãa nuvem, que tomando em Si a investidura dos raios de ambos os Sóis, se não eclipsou de todo, assombrou ãa, e outra luz, porque não há neste mundo luz sem sombra. Estas sombras pois, que sempre seguem, e acompanham a luz, serão hoje a segunda parte daquelas mesmas luzes, que não sei se com tanto aplauso como verdade, inculquei o ano passado aos ouvidos Romanos. Então ouviram o que somos; agora ouvirão o que devêramos ser. (p. 120-121)

A consonância entre Natureza, História (Religiosa e/ou Profana), Ética, Lógica, Retórica e a perspectivação de Vieira gerará, assim, um efeito de *sobreimpressão*, quer das imagens que delas relevam, quer das imagens que Vieira projecta na nossa imaginação e nela se movimentam: *luz* e *sombra*, positivo e negativo, constituem uma unidade indissolúvel, implicam-se, exigem-se e reclamam-se mutuamente, oferecendo-se como cenário e *padrão cognoscente*. Fazer *visualizar* o *facto* ou a *hipótese* é imperativo do verbo persuasivo, teatral, condutor:

“Temos *visto* as obras ilustres, e gloriosas, que S. António obrou nas terras estranhas /.../” (p. 126, itálico meu)

“Dai-me licença /.../, e *vede* como haviam de ser avaliadas na sua Pátria as obras boas, e tão boas, de S. António.” (p. 138-139, itálico meu)

Essa *visualização* é provocada pela *audição* (“agora lhes descobrirei”, p. 120, “aos ouvidos Romanos”, p. 121), ambas confluindo na manipulação conceptual do ouvinte ou leitor, no raciocínio deste (“Temos visto que /.../; agora digo, e concludo, que /.../”, p. 136).

Nesse *esquema analítico*, a figura de Sto. António recorta-se *sobreimpresa* na de Portugal e na de Cristo, adensando-se qualquer delas nessa fantasmização, volumetria e multiplicação. A identidade notável, *extraordinária* (“os homens maiores que os outros”, “homens da geração dos Gigantes”, p. 124), dos três radica na semelhança incontestável: afirmada pelo testemunho dos “exploradores, que foram descobrir, e informar-se da terra da Promissão” (p. 124), anunciada pela profecia e pelo enigma cifrados no *Evangelho* de S. João, comparada nos exemplos evocados (de situações, casos, personalidades, etc.).

Vieira desenvolve, pois, um discurso geometricamente organizado pela simetria e pelo esquematismo, entimemático e persuasivo (“para persuadir”, p. 121), confrontando sempre tese e argumentação, geral e particular, lei e caso e, neste, a diversa ilustração, com destaque para a figura de Sto. António, modelada entre as duas outras referências instituídas em cânone cultural: a de Cristo, individual e religiosa, e a de Portugal, colectiva e profana (“Assi António, e assi os Portugueses /.../”, p. 114).

A identificação entre Sto. António e Portugal constitui, mesmo, a ideia nuclear do primeiro sermão:

“Será o argumento deste meu discurso este: Que S. António foi luz do mundo, porque foi verdadeiro Português: e que foi verdadeiro Português, porque foi luz do mundo. **Declaro-me.** [Û]a vez que nasceu

Português, não fora verdadeiro Português, se não fora luz do mundo; porque o ser luz do mundo nos outros homens, é só privilégio da graça: nos Portugueses é também obrigação da natureza.” (p. 108)

E a fissura entre o indivíduo e a colectividade institui-se como ideia central do segundo sermão (“/.../ é da natureza, ou má condição da nossa Lusitânia não poder consentir que luzam os que nascem nela.”, p. 123).

No conjunto, a imagem de Sto. António gera-se na semelhança e na diferença, ou seja, no movimento mental comparativo. Porque a sua natureza é *extra-ordinária*, logo, do domínio do indizível e transcendente, apenas susceptível de aproximação intelectual ou verbal, que implica a integração do *desvio* e excursão esclarecedor. Mas essa imagem também emerge do movimento *rectilíneo* e esquemático da argumentação que alinha a afirmação e os itens demonstrativos (normalmente, três). Assim, a *linearidade* expositiva controla e integra em si a *curva* imaginativa, reflexiva e evocativa, o pensamento vieirino revela-se ondulação de uma maré controlada que arrasta, através da corrente interior, o seu ouvinte para o areal postulado.

As três figuras partilham a natureza extraordinária de “luz do mundo”, protagonistas eleitos pela transcendência (“*Vos estis lux mundi*.”, p. 121). Mas, se a *sombra* rodeia Cristo e o Santo, velando-lhes as acções em que as suas missões se concretizam, relativamente a Portugal, ela insinua-se nos seus interstícios, borda-lhe o tecido, inscreve-se na *luz* que o informa e mescla-se com ela em jogo de claro-escuro. Portugal, que se distingue de outra nação eleita, Israel, pelo seu privilégio de fundação divina e pela sua linhagem de “Varões Apostólicos”:

“É glória singular do Reino de Portugal, que só ele entre os do mundo foi fundado, e instituído por Deus. Bem sei que o Reino de Israel também foi

feito por Deus: mas foi feito por Deus só permissivamente, e muito contra Sua vontade, porque teimaram os Israelitas a ter Rei, como as outras nações: porém o Reino de Portugal, quando Cristo o fundou, e instituiu, aparecendo a el-Rei (que ainda o não era) D. Afonso Henriques, a primeira palavra, que lhe disse, foi: *Volo*: quero. Como o Reino de Portugal havia de ser tão filho da Igreja Católica, e lhe havia de fazer no mundo tão relevantes serviços, quis Cristo que a sua instituição fosse muito semelhante à da mesma Igreja. A S. Pedro disse Cristo: *Tu es Petrus, et super hanc petram aedificabo Ecclesiam meam*; a D. Afonso disse Cristo: *Volo in te, et in semine tuo Imperium mihi stabilire*. A Pedro disse: quero fundar em ti ãa Igreja não para ti, senão Minha /.../. A Afonso disse: quero fundar em ti um Império não para ti, senão para Mim /.../. /.../ E porquê tudo isto, para quê? Não para o fim político, que é comum a todos os Reinos e a todas as nações, senão para o fim Apostólico, que é particular deste Reino, e desta nação. O mesmo Cristo o disse nas palavras, com que o instituiu: *Vi deferatur nomen meum in exterar gentes*: para que por meio dos Portugueses seja levado Meu nome às gentes estranhas.” (p. 108-109)

Essa *sombra* que assim se confronta com a *luz*, rodeando-a (Cristo, Sto. António) ou inscrevendo-se nela (Portugal), até no próprio nome (Lusitânia), como denuncia uma das etimologias que Vieira lhe assinala³, é a *inveja*, sentimento que envenena a matéria, deforma a visão e reduz o percebido.

No caso da colectividade e/ou do território (Portugal, Israel), essa *sombra* empurra para fora de si, para além fronteiras (terra e mar), os melhores, favorecendo com esse distanciamento que a *luz* interior brilhe, se intensifique e os torne faróis da humanidade, religiosos ou profanos. Ao longe, os seus vultos agigantam-se no heroísmo ou na santidade, despidos da sombra

que os delia no lugar de partida. Focos de luz percorrendo a rota do Sol, do Ocaso (Ocidente) para o seu Nascimento (Oriente)⁴, emergindo da sombra para o esplendor, num itinerário que o discurso vieirino traça no sentido inverso, fazendo-nos caminhar da luminosidade mais deslumbrante, porque de origem divina (primeiro sermão), para a sombra mais mesquinha, porque da condição humana, terrena (segundo sermão).

Na nossa imaginação, a palavra sermonística opera, com esse movimento em sentido inverso, uma espécie de deslizamento de *placas sobrepostas* que faz emergir progressivamente, quer as figuras enunciadas, quer a do seu enunciador, *sobreimprimindo* estas, por fim, numa identidade definida em cone perspéctico que tem em ponto de fuga a fonte da *luz*, inominável e inconcebível, ofuscante de intensidade, não encarável: Deus. Instância que se *humaniza* e *historiciza* (Cristo, Santos, Heróis, Portugal) para se fazer conhecer, adquirindo, assim, o sombreado que a torna *visível, perceptível*. Vieira vinca-se axialmente na boca de cena dessa galeria ou linhagem que se dissolve na transcendência, reconhecido pelo auditório e pelos seus leitores como personalidade e como decifrador do que foi “enigma, senão história, ou profecia” (p. 127), contaminado pelo divino que a todos eles agiganta.

Portugal ressalta, mais uma vez, fortalecido dessa *sobreimpressão*: sob o signo da profecia de destino universalista, messiânico e imperial que conduz do mito fundador da monarquia lusitana (dominado pelos milagres da recuperação física de D. Afonso Henriques e de Ourique), caldeado pela Restauração de 1640, até às reformulações mais modernas⁵. A utopia sagra indivíduo e colectividade, reforçando um no outro, e impulsiona-os. O teatro de *sombras* apenas lhes confere *credibilidade* existencial: sem elas, qualquer deles seria *incrível*, de tão extraordinário; com elas, o distanciamento de ambos, entre eles, confere-lhes *perspectivação mitificadora*, oferece-lhes o *intervalo* (espácio-temporal) necessário para que cada um mitifique o outro. À distância, apenas o principal se vê e a luz agiganta-o, expurgando-o do pormenor

menos favorável: o desenho é a traço grosso, vincado, convicto, confiante, eufórico e, ainda, *salientado* pela moldura de *fantasmas* de uma anterioridade semelhante, prenante, múltipla e longa. Aqui, Vieira associa *luz* e *sombra*, mas, no caso da colectividade, esta não diminui aquela a ponto de a tornar semelhante às *outras comunidades*. *Luz* e *sombra* promovem o *encontro* com o que informam e transcendem a sua *inter-cursividade*: Sto. António, Portugal e Cristo, metonimizadas e sobrepostas na nossa imaginação. *Comunhão* desejada e desejável na parenética.

NOTAS

¹Utilizarei a versão fixada na obra coordenada por José Eduardo Franco *Padre António Vieira, o Imperador da Língua Portuguesa*, Lisboa, Correio da Manhã, 2008, p. 106-119 e 120-141. Por comodidade, indicarei o local das citações imediatamente a seguir a elas, no corpo do texto.

²Cf. sintética referência a esta questão por João Francisco Marques em *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*, Vila Nova de Famalicão, Quasi, 2007, p. 26-27, especialmente.

³*Ibidem*, p. 122.

⁴*Ibidem*, p. 122-123.

⁵Lembro, a título de exemplo, a perspectiva de Magalhães Lima (1850-1928), exposta em conferências e escritos diversos e emblematicamente expressa por títulos do género de *Terras Santas da Liberdade: França Imortal, Portugal Heróico* (1917). Cf. “A ideia de Europa nos escritos maçónicos do período do Liberalismo Português: o pensamento europeísta e universalista de S. de Magalhães Lima” (II parte de Annabela Rita: “Nas *Páginas da Guerra* (1917): antecipações da contemporaneidade”) (comunicação em co-autoria com José Eduardo Franco), in J. A. Ferrer Benimeli (coord.). *La Masonería Española en la época de Sagasta*, 2 vols., Zaragoza, Cometa, S.A., 2007, vol. II, p. 1061-88 (II parte, p. 1082-88).